

Iguá Sergipe S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes
ao Período de 5 de Novembro
(Data da Constituição) a
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Iguá Sergipe S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras

| | |
|---|----|
| Demonstração do resultado | 5 |
| Demonstração do resultado abrangente | 6 |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 7 |
| Balanço patrimonial | 8 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstração do valor adicionado | 10 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

| | |
|---|----|
| 1. Informações sobre a Companhia | 11 |
| 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis | 12 |
| 3. Despesas | 15 |
| 4. Resultado financeiro | 15 |
| 5. Imposto de renda e contribuição social | 15 |
| 6. Resultado por ação | 17 |
| 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras | 18 |
| 8. Intangível e ativo de contrato | 18 |
| 9. Fornecedores | 20 |
| 10. Debêntures | 21 |
| 11. Patrimônio líquido | 22 |
| 12. Gerenciamento do capital | 23 |
| 13. Instrumentos financeiros | 24 |
| 14. Partes relacionadas | 29 |
| 15. Cobertura de seguros | 29 |
| 16. Compromissos | 30 |
| 17. Transações não envolvendo caixa | 30 |

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretoria da
Iguá Sergipe S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Iguá Sergipe S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 5 de novembro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iguá Sergipe S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 5 de novembro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outorga da concessão

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha registrado o ativo de outorga da concessão, divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, no montante de R\$4.631.031 mil, que representam a outorga da concessão.

A outorga da concessão refere-se ao montante pago em decorrência do contrato de concessão, a qual é amortizada linearmente pelo prazo de concessão. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao montante envolvido.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Execução de teste sobre a adição do valor da outorga, com a finalidade de avaliar a ocorrência, valorização e natureza dos gastos e a correta classificação, inspecionando a correspondente documentação-suporte.
- ii) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a outorga da concessão e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao período de 5 de novembro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma brasileira NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 13 de março de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Demonstração do resultado

Período de 5 de novembro (data de constituição) à 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

| | Nota | 2024 |
|---|------|-------------------|
| Despesas | | |
| Despesas administrativas e gerais | 3 | (3.110) |
| | | (3.110) |
| Resultado antes do resultado financeiro, líquido | | (3.110) |
| Receitas financeiras | 4 | 11.809 |
| Despesas financeiras | 4 | (33.971) |
| Resultado financeiro, líquido | | (22.162) |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | (25.272) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 5 | 8.593 |
| Prejuízo do período | | (16.679) |
| Prejuízo por ação - básico e diluído (em Reais) | 6 | (0,018863) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado abrangente

Período de 5 de novembro (data de constituição) à 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

| | 2024 |
|-----------------------------------|-----------------|
| Prejuízo do período | (16.679) |
| Outros resultados abrangentes | - |
| Resultado abrangente total | (16.679) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Período de 5 de novembro (data de constituição) à 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

| | Nota | 2024 |
|---|------|--------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | (25.272) |
| Ajustes para: | | |
| Atualização de outorga | 4 | 17.430 |
| Encargos e variações monetárias, líquidas | | 11.522 |
| | | 3.680 |
| Variações em: | | |
| Aumento em impostos e contribuições a recuperar | | (1.753) |
| Redução (aumento) em outros ativos | | (1) |
| Aumento (redução) em fornecedores e partes relacionadas | | 3.110 |
| Aumento em obrigações fiscais | | 549 |
| Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais | | 5.585 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Aquisições de ativo intangível | 8 | (2.809.615) |
| Aplicações financeiras | 7 | (420.124) |
| Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento | | (3.229.739) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Integralização e aumento de capital | 11.a | 640.001 |
| Debêntures | 10 | 2.610.000 |
| Custo de transação pago no período | 10 | (25.847) |
| Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento | | 3.224.154 |
| Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa | | - |
| Demonstração do caixa e equivalentes de caixa | | |
| Caixa e equivalentes de caixa em 5 de novembro (data da constituição) | 7 | - |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | 7 | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iguá Sergipe S.A.



Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

| Ativo | Nota | 2024 | Passivo | Nota | 2024 |
|--|------|------------------|---|------|------------------|
| Circulante | | | Circulante | | |
| Aplicações financeiras | 7 | 424.594 | Fornecedores e outras contas a pagar | 9 | 31.637 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | 1.753 | Poder concedente a pagar | 8.a | 907.387 |
| Outros ativos | | 1 | Obrigações fiscais | | 549 |
| Total do ativo circulante | | 426.348 | Total do passivo circulante | | 939.573 |
| Não circulante | | | Não circulante | | |
| Realizável a longo prazo | | | Fornecedores e outras contas a pagar | 9 | 9.751 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 5 | 8.593 | Poder concedente a pagar | 8.a | 924.818 |
| Total do realizável a longo prazo | | 8.593 | Debêntures | 10 | 1.856.109 |
| Intangível e ativo de contrato | 8 | 4.631.031 | Total do passivo não circulante | | 2.790.678 |
| Total do ativo não circulante | | 4.639.624 | Total do passivo | | 3.730.251 |
| | | | Patrimônio líquido | | |
| | | | Capital social | 11.a | 640.001 |
| | | | Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações | 11.b | 712.399 |
| | | | Prejuízos acumulados | | (16.679) |
| | | | Total do patrimônio líquido | | 1.335.721 |
| Total do ativo | | 5.065.972 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 5.065.972 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de 5 de novembro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais

| | Nota | Capital subscrito e integralizado | Debêntures obrigatoriamente convertíveis em ações | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|-----------|---|--|-------------------------|-----------------------------------|
| Saldos em 5 de novembro de 2024 | 11 | - | - | - | - |
| Integralização do capital social | | 1 | - | - | 1 |
| Aumento de capital | 11.a | 640.000 | - | - | 640.000 |
| Debêntures obrigatoriamente convertíveis em ações | 11.b | - | 712.399 | - | 712.399 |
| Prejuízo do período | | - | - | (16.679) | (16.679) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 11 | 640.001 | 712.399 | (16.679) | 1.335.721 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado
Período de 5 de novembro (data de constituição) à 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

| | Nota | 2024 |
|---|------|-----------------|
| Insumos adquiridos de terceiros | | (2.086) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | | (2.086) |
| Valor adicionado bruto | | (2.086) |
| Valor adicionado líquido gerado pela Companhia | | (2.086) |
| Receitas financeiras | 4 | 11.809 |
| Valor adicionado total a distribuir | | 9.723 |
| Pessoal | | 976 |
| Remuneração direta | | 933 |
| Benefícios | | 34 |
| FGTS | | 9 |
| Impostos, taxas e contribuições | | (7.996) |
| Federais | | (7.996) |
| Remuneração de capitais de terceiros | | 33.422 |
| Juros | 4 | 15.992 |
| Despesa com atualização de outorga | 4 | 17.430 |
| Remuneração de capitais próprios | | (16.679) |
| Prejuízo do período | | (16.679) |
| Valor adicionado total distribuído | | 9.723 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

1.1. Informações gerais

A Iguá Sergipe S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Rua Euclídes Góis, nº1220, Bairro - Coroa do Meio, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

A controladora direta da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

As demonstrações financeiras para o período de 5 de novembro (data da constituição) à 31 de dezembro de 2024, foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria em 12 de março de 2025.

1.2. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 5 de novembro de 2024 e tem como objeto principal a prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Microrregião de Água e Esgoto de Sergipe (“MAES”), dos serviços complementares e de fontes de receitas adicional na área de concessão. O contrato da concessão foi assinado em 18 de dezembro de 2024 e terá duração de 35 anos. O prazo de duração do contrato é contado a partir do fim da operação assistida, que pode durar até 6 meses após assinatura do Contrato.

1.3. Continuidade operacional

No período de 5 de novembro (data da constituição) à 31 de dezembro de 2024, a Companhia se encontrava em fase pré-operacional, realizando a mobilização inicial para assunção efetiva dos sistemas ao final do período de operação assistida, conforme previsto em edital, e incorreu em prejuízo de R\$16.679, decorrentes principalmente de despesas com juros sobre debêntures R\$14.246 e de despesas com atualização da outorga R\$17.430.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$513.225, decorrente, principalmente, do passivo referente à segunda parcela da outorga fixa relativa ao Contrato de Concessão, que será paga após a transferência efetiva do sistema. Este efeito já era esperado e faz parte da estratégia de financiamento da Companhia, que possui compromisso firme assinado junto a agentes de mercado para o desembolso de uma nova tranche de empréstimo ponte até junho de 2025, no valor de R\$ 800.000, para fazer frente ao pagamento da referida parcela.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que há recursos disponíveis para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras referentes ao período de 5 de novembro (data da constituição) à 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia possui um único segmento operacional, sendo ele a concessão.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

- Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
- Alterações à IAS 1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants - As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante).
- Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos – Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and leaseback” - As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de “sale and leaseback” que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início.

As alterações trazidas acima não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

| Pronunciamento | Descrição | Aplicação |
|---|--|------------|
| IFRS 18 | Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras | 01/01/2027 |
| IFRS 19 | Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações | 01/01/2027 |
| Alterações ao CPC 18 (R3) e a ICPC 09 | Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial | 01/01/2025 |
| Alterações à IAS 21 | Falta de conversibilidade | 01/01/2025 |
| Alterações ao CPC 02 (R2) s e CPC 37 (R1) | Acordos de Financiamento de Fornecedores e Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade | 01/01/2025 |
| OCPC 10 | Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) | 01/01/2025 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 – Tributos. Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia apresenta prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar. Estes prejuízos não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.
- Nota explicativa nº 8 – Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para os próximos cinco anos. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

3. Despesas

| Natureza das despesas | 2024 |
|--------------------------|----------------|
| Despesas com pessoal | (1.041) |
| Serviços de terceiros | (1.004) |
| Outros custos e despesas | (1.065) |
| Total | (3.110) |

4. Resultado financeiro

4.1. Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre debêntures e sobre aplicações financeiras e despesas com a atualização da outorga que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

4.2. Composição

| | 2024 |
|--|-----------------|
| Receitas financeiras | |
| Juros de aplicações financeiras | 11.809 |
| Total | 11.809 |
| Despesas financeiras | |
| Juros sobre debêntures | (15.311) |
| Juros sobre debêntures com partes relacionadas | (681) |
| Despesa com atualização de outorga | (17.430) |
| Outras despesas financeiras | (549) |
| Total | (33.971) |
| Resultado financeiro | (22.162) |

5. Imposto de renda e contribuição social

5.1. Política contábil

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

5.2. Composição

Impostos diferidos ativos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

| | Ativo 2024 | Resultado 2024 |
|--|---------------|-------------------|
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | |
| Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a) | 8.593 | 8.593 |
| Total | 8.593 | 8.593 |

(a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada, conforme a legislação, à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva:

| Reconciliação da taxa efetiva | 2024 |
|---|--------------|
| Resultado do exercício antes dos impostos | (25.272) |
| Alíquota nominal | 34% |
| Benefício com imposto a alíquota nominal | 8.593 |
| Total de benefícios com imposto de renda e contribuição social | 8.593 |
| Imposto diferido | 8.593 |
| Alíquota efetiva | 34% |

Cronograma de realização

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, exclusivamente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

| Realização do imposto de renda diferido do ativo | 2024 |
|--|--------------|
| 2027 | 8.593 |
| Total | 8.593 |

Conforme nota explicativa nº 1.3, a Companhia possui saldo de impostos diferidos ativos devido aos prejuízos gerados pelo início da operação. A estimativa utilizada para realização do saldo foi feita com base no plano de negócios que demonstra que a Companhia, devido a maturação da eficiência operacional, crescimento da base de economias em função do aumento de cobertura, iniciativas comerciais, redução dos níveis de perdas e iniciativas de fiscalização, gerará lucros tributáveis até o final da concessão superiores ao montante total de créditos fiscais.

6. Resultado por ação

O resultado por ação, básico e diluído, é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme demonstrativo abaixo. Não há instrumentos financeiros ou patrimoniais com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2024.

| | 2024 |
|--|-------------------|
| Prejuízo do período | (16.679) |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação | 884.211.526 |
| Resultado por ação básico e diluído (reais) (*) | (0,018863) |

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº11 b, a Companhia possui 760.000 debêntures obrigatoriamente conversíveis em ação, que por sua natureza são consideradas no denominador do cálculo do resultado por ação básico e diluído.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

7.1. Política contábil

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento exclusivo com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação em fundos de investimento de característica multimercado com risco moderado, entende que estes podem sofrer mudança relevante de valor dada a cotação de tais títulos, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa. O valor justo da aplicação financeira apresentada é igual ao valor contábil.

7.2. Composição

| | Rentabilidade média | Taxa média de remuneração | 2024 |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------------|----------------|
| Aplicações financeiras | | | |
| Fundo de investimento (*) | 100,26% do CDI | 10,90% | 424.594 |
| Total aplicações financeiras | | | 424.594 |

(*) Fundos de investimento, cuja composição refere-se principalmente a aplicações em outros fundos de investimento não exclusivos de renda fixa tipo FIC com liquidez diária e referenciados ao DI, remunerado em condições e taxas normais de mercado. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, riscos de crédito, liquidez e análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº 13.

8. Intangível e ativo de contrato

8.1. Política contábil

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é iniciada no mês subsequente a data de aquisição ou do término das obras, é reconhecida no resultado de forma linear e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os custos de empréstimos são capitalizados no período entre o início da obra até o ativo ficar em condições de uso pela Companhia e essa capitalização é suspensa caso seja suspenso o desenvolvimento do ativo por mais de 30 dias. Os juros sobre as captações utilizadas para pagamento da outorga fixa não são capitalizados, uma vez que dada a essência da outorga (montante pago em decorrência de contrato de concessão), a Administração da Companhia entende que esta não atende os critérios e definição de ativo qualificável (conforme definido pelo CPC 20 (R1)) e, desta forma, respectivas despesas de juros não são capitalizadas.

8.2. Composição

a) Valor contábil

| | Outorga da concessão (*) |
|--|--------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | - |
| Adições | 4.631.031 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 4.631.031 |

(*) Vida útil do ativo é o prazo de contrato da concessão.

(i) Outorga de concessão

Como condição para a assinatura do contrato de concessão, em 13 de dezembro de 2024 a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela de outorga fixa, correspondente a 60% do valor total de R\$4.536.937 da proposta vencedora, perfazendo um montante de R\$2.722.162. A Companhia possui registrado no passivo circulante o montante de R\$907.387 referente a segunda parcela que será paga após a transferência efetiva do sistema que está prevista para julho de 2025, e no passivo não circulante o montante de R\$924.818, referente a terceira parcela que será paga ao completar dois anos da assinatura do contrato de concessão, a atualização dos valores é com base no IPCA. No período de 5 de novembro (data da constituição) à 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu juros de atualização no resultado no montante de R\$17.430, na rubrica “despesas financeiras”, conforme nota explicativa nº 4.

b) Teste por redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (UGC), descontado pela taxa WACC, calculada com base em premissas de mercados comparáveis. A Companhia considera como UGC o direito de concessão registrado no intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- Receitas - foram projetadas entre 2025 e o término do período de concessão, considerando os reajustes tarifários ordinários, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto e crescimento vegetativo previstos no plano de negócio da UGC.
- Custos e despesas operacionais - foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da Companhia.
- Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados pela taxa de desconto nominal de 10,71%.

Sergipe é um leilão recém adquirido, e para suas projeções, contou com premissas oficiais que constam no Edital publicado e adicionalmente, informações técnicas dos estudos de engenharia e visitas técnicas realizadas durante o período do Edital, também foram consideradas premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável da UGC tendo como base o Plano de Negócio 25-29 aprovado em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 4 de fevereiro de 2025. Como resultado do teste, não foi constatado a necessidade de reconhecimento de *impairment*.

9. Fornecedores

| | Nota | 2024 |
|---|------|---------------|
| Fornecedores diversos | | 31.637 |
| Operações mensais - partes relacionadas | 14 | 9.751 |
| Circulante | | 31.637 |
| Não circulante | | 9.751 |
| Total | | 41.388 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

10. Debêntures**10.1. Política contábil**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

10.2. Composição

| Linha de crédito | Indexador | Juros médios | | 2024 |
|---|-----------|--------------|------------|------------------|
| | | a.a. (*) | Vencimento | |
| Debêntures 1ª emissão - Iguá Saneamento S.A. (**) | | 2,50 | 2029 | 48.283 |
| Debêntures 2ª emissão | CDI | 13,37 | 2029 | 1.864.246 |
| | | | | 1.912.529 |
| (-) Custo de transação | | | | (56.420) |
| Não circulante | | | | 1.856.109 |
| Total | | | | 1.856.109 |

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e, quando aplicável, a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

(**) Refere-se a debêntures obrigatoriamente conversíveis em ação, adquiridas integralmente pela controladora da Companhia.

Debêntures obrigatoriamente conversíveis**1ª emissão**

Em 26 de novembro de 2024, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures privadas, simples e mandatoriamente conversíveis em ações em série única no montante de R\$760.000, no valor nominal unitário de R\$1,00, tendo sua Controladora na qualidade de debenturista e vencimento final em 5 anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 26 de novembro de 2029.

Os recursos líquidos recebidos pela 1ª emissão das debêntures obrigatoriamente conversíveis foram segregados entre o elemento do passivo financeiro e o componente do patrimônio líquido, conforme segue:

| | 1ª emissão |
|---|------------|
| Valor da emissão – Debêntures | 760.000 |
| Taxa de juros anuais a mercado (a) | 15,98% |
| Taxa de juros do instrumento financeiro (b) | 2,5% |
| Prazo (meses) | 60 |
| Instrumento financeiro passivo na data de emissão | 47.601 |
| Instrumento patrimonial na data de emissão (vide nota explicativa nº11 b) | 712.399 |

(a) Taxa de desconto estimada para transações com terceiros sem conversibilidade em ações, a Companhia considerou CDI + 2,0% ao ano.

(b) Conforme escrituras de emissão de debêntures privadas obrigatoriamente conversíveis em ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

Debêntures simples, não conversíveis

2ª emissão

Em 11 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu Oferta Pública de Distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da 2ª emissão de debêntures. A emissão totalizou 1.850 mil Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, resultando, na data de emissão, em um montante de R\$1.850.000. As Debêntures contarão com juros remuneratórios correspondentes a CDI + 2,50% ao ano, que serão pagos através de 7 (sete) parcelas semestrais e consecutivas, a partir de 1º de junho de 2026, com vencimento sempre no 1º dia dos meses de junho e dezembro de cada ano. O prazo de vencimento das debêntures é de 4,5 anos e a amortização se dará em parcela única, no vencimento, ressalvadas as hipóteses de Resgate e Amortização Extraordinária, conforme previsto na escritura de Emissão.

10.3. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de empréstimos, financiamentos e debêntures

| | Debêntures | Total |
|---|------------------|------------------|
| Saldo em 5 de novembro de 2024 | - | - |
| Variações dos fluxos de caixa de financiamento | | |
| Captação | 1.897.601 | 1.897.601 |
| Custo de transação pago | (25.847) | (25.847) |
| Custo de transação | (31.637) | (31.637) |
| Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento | 1.840.117 | 1.840.117 |
| Outras variações | | |
| Custo de transação | 1.065 | 1.065 |
| Provisão de juros - partes relacionadas | 681 | 681 |
| Provisão de juros | 14.246 | 14.246 |
| Total de outras variações | 15.992 | 15.992 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 1.856.109 | 1.856.109 |

10.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (*covenants*)

A Companhia não possui *covenants* financeiros a serem cumpridos em 31 de dezembro de 2024.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$640.001, representado por 640.001 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A controladora Iguá Saneamento S.A. detém 100% das ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

b) Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações

| | Data | Prazo de vencimento | Taxa de juros | Quantidade (em milhares) | Total registrado em patrimônio líquido |
|------------|------|---------------------|---------------|--------------------------|--|
| 1ª emissão | 2024 | 26/11/2029 | 2,5% | 760.000 | 712.399 |

Cada debênture, cujo valor unitário nominal foi de R\$1 (um real), será obrigatoriamente convertida em 1 nova ação ordinária da Companhia até as respectivas datas de vencimento. Não há atualização monetária dos valores unitários nominais. Os juros serão liquidados ao final dos prazos de vencimento dos instrumentos em questão.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

d) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, após a compensação de prejuízos acumulados.

12. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir:

| | 2024 |
|--|-----------|
| Total do passivo | 3.730.251 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras | (424.594) |
| (=) Dívida Líquida (A) | 3.305.657 |
| Total do patrimônio líquido (B) | 1.335.721 |
| Índice de alavancagem (A/B) | 2,47 |

13. Instrumentos financeiros

13.1. Categoria dos instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da Companhia no reconhecimento inicial.

São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros.

Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. As variações desses passivos, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”.

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio do resultado segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2 e não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

| | Nota | Valor justo por meio do resultado (nível 2) | | Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado |
|--------------------------------------|------|---|--|---|
| | | 2024 | | 2024 |
| Aplicações financeiras (*) | 7 | 424.594 | | - |
| Ativos financeiros | | 424.594 | | - |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 9 | - | | 41.388 |
| Poder concedente a pagar | 8.a | - | | 1.832.205 |
| Debêntures (**) | 10 | - | | 1.912.529 |
| Passivos financeiros | | - | | 3.786.122 |

(*) Para fins de determinação do nível 2 a Companhia observa a variação do valor da cota do fundo de investimento exclusivo que por sua vez reflete a marcação a mercado que é realizada diariamente. Esta marcação é realizada pelo administrador do fundo de investimento com base na precificação de cada ativo que compõe o portfólio do fundo e reflete as cotações observadas no mercado.

(**) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. O valor justo das debêntures é de R\$1.911.589.

13.2. Fatores de riscos financeiros

A Companhia possui exposição a riscos de crédito, liquidez, preço e de mercado, resultantes de instrumentos financeiros.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, como segue abaixo:

| | Nota | 2024 |
|------------------------|------|----------------|
| Aplicações financeiras | 6 | 424.594 |
| Circulante | | 424.594 |
| Total | | 424.594 |

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

| | Nota | 2024 |
|--------------------------------------|------|------------------|
| Fornecedores e outras contas a pagar | 9 | 41.388 |
| Poder concedente a pagar | 8.a | 1.832.205 |
| Debêntures (*) | 10 | 1.912.529 |
| Circulante | | 951.799 |
| Não circulante | | 2.834.323 |
| Total | | 3.786.122 |

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

| 31 de dezembro de 2024 | Valor contábil | Fluxo de caixa contratual | Até 12 meses | 13 a 24 meses | 25 a 36 meses | 37 a 48 meses | 49 a 60 meses |
|---|------------------|---------------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 41.388 | 41.388 | 31.637 | 9.751 | - | - | - |
| Poder concedente a pagar | 1.832.205 | 1.970.724 | 907.387 | 1.063.337 | - | - | - |
| Debêntures (*) | 1.912.529 | 3.161.757 | - | 550.881 | 264.818 | 265.913 | 2.080.145 |
| Total | 3.786.122 | 5.173.869 | 939.024 | 1.623.969 | 264.818 | 265.913 | 2.080.145 |

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

iv) *Risco de preço*

As tarifas são atualizadas por uma fórmula paramétrica que busca limitar eventual desequilíbrio entre matriz de custo e faturamento. Existe risco de determinação de reajuste de forma arbitrária, diferente do previsto no contrato de concessão, que pode gerar desequilíbrios financeiros no curto prazo, mas, no longo prazo, esses eventos tendem a ser equacionados através de mediação, regulação ou processo judicial para reestabelecer condição econômico-financeira do contrato.

v) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e IPCA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir.

O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas

| Instrumentos | Exposição em 2024 | Risco | Cenários | | | | | | | | | |
|---|--------------------|-------|----------------------|------------------|---------------------------|------------------|---------------------------|------------------|---------------------------|------------------|---------------------------|------------------|
| | | | Apreciação das taxas | | | | Depreciação das taxas | | | | | |
| | | | Provável | | Variação do índice em 25% | | Variação do índice em 50% | | Variação do índice em 25% | | Variação do índice em 50% | |
| | | | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor |
| Ativos financeiros | | | | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 424.594 | CDI | 15,45 | 65.600 | 19,31 | 81.989 | 23,18 | 98.421 | 11,59 | 49.210 | 7,72 | 32.779 |
| Total | 424.594 | | | 65.600 | | 81.989 | | 98.421 | | 49.210 | | 32.779 |
| Passivos financeiros | | | | | | | | | | | | |
| Debêntures 2ª emissão | (1.864.246) | CDI | 15,41 | (287.280) | 19,26 | (359.054) | 23,12 | (431.014) | 11,56 | (215.507) | 7,70 | (143.547) |
| Poder concedente a pagar | (1.832.205) | IPCA | 8,43 | (154.455) | 10,54 | (193.114) | 12,65 | (231.773) | 6,32 | (115.794) | 4,21 | (77.136) |
| Total | (3.696.451) | | | (441.735) | | (552.168) | | (662.787) | | (331.301) | | (220.683) |
| Total dos ativos e passivos financeiros líquidos | (3.271.857) | | | (376.135) | | (470.179) | | (564.366) | | (282.091) | | (187.904) |
| Impacto no resultado e no patrimônio líquido | | | | | | (94.044) | | (188.231) | | 94.044 | | 188.231 |

Fontes: Foram consideradas as taxas projetadas de IPCA e CDI para o período de doze meses e tomou como base as divulgações realizadas pela B3.

14. Partes relacionadas

14.1. Política

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações.

14.2. Composição

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. O total de remuneração aprovada para o período de 2024 é no montante de R\$1.200. Em 31 de dezembro de 2024, não foram incorridas despesas com remuneração do pessoal-chave.

b) Transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

| | Passivo 2024 | Resultado 2024 |
|--|-----------------|-------------------|
| Em contas a receber e outros recebíveis, partes relacionadas e debêntures | | |
| Repasse de recursos - Iguá Saneamento (a) | 9.751 | (3.110) |
| Debêntures - Iguá Saneamento - nota explicativa 10 | 48.283 | (681) |
| Não circulante | 58.034 | - |
| Total | 58.034 | (3.791) |

(a) Compreendem os gastos com fornecedores, prestadores de serviços, despesas com pessoal e encargos liquidados por meio da Controladora Indireta (Iguá Saneamento S.A.), os quais foram registrados nas rubricas de intangível e despesas administrativas e gerais em contrapartida a rubrica de fornecedores e outras contas a pagar – partes relacionadas.

15. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, aplicáveis a Companhia, são as seguintes:

| | 2024 |
|-----------------|----------------|
| Seguro garantia | 315.666 |
| Total | 315.666 |

16. Compromissos

a) Taxa de Fiscalização

De acordo com as diretrizes do Contrato de Concessão, e definições das Leis Estaduais nº 6.661/2009 e 8.442/2018, a Concessionária deverá recolher a taxa de fiscalização dos serviços. A taxa de fiscalização corresponde a 1% da Receita Tarifária faturada pela Concessionária, deduzidos os tributos de faturamento.

b) Compra de água

Refere-se a contrapartida, ao fornecimento de água potável por atacado realizado pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) à Concessionária, que ocorrerá pelo mesmo prazo do contrato de concessão. O valor da água é reajustado a cada período de 12 meses conforme diretrizes do Anexo VII do Contrato de Concessão.

17. Transações não envolvendo caixa

No período de 5 de novembro (data da constituição) à 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

| | 2024 | 2023 |
|---|-----------|------|
| Outorga da concessão a pagar | 1.814.775 | - |
| Gastos para obtenção da concessão a pagar | 6.641 | - |

Composição da Diretoria

Diretoria

Fernando Soares Vieira de Lima
Claudio Martins Guilherme
William Gomes Figueiredo

Contador

Thiago Araujo Barner
CRC/SP nº 1MG-103727/O-0